

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO E A POHLIG-HECKEL DO BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO, sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério da Infra-Estrutura, com sede na Rua Acre nº.21, nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CGC sob o nº. 42.266.890/0001-28, por diante denominada CDRJ, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, Engº. CELSO ALMEIDA PARISI e a POHLIG-HECKEL DO BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA, com sede à rua Dr. Antonio de Carvalho Lage, nº170, Contagem - Minas Gerais, inscrita no CGC sob nº 17.281.072/0001-57 por diante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seus Diretores GUIDO FERNANDO SILVA e CILAS ROSA DA SILVA firmam o presente Contrato, segundo a documentação constante do processo nº 1-1770/91 e da Tomada de Preços Nº 010/91 que, independentemente de transcrição, ficam fazendo parte integrante e complementar deste instrumento, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto deste contrato é fornecimento pela Contratada de bandejas metálicas para os alimentadores dos descarregadores de carvão do porto de Sepetiba, Itaguaí, RJ.

PARÁGRAFO ÚNICO

As bandejas metálicas deverão ser fabricadas conforme o desenho de referência 1C-032587, L = 1.600 mm, em material SAC - 50, conforme proposta técnica/comercial da contratada, de nº VS - 5062/91, de 12/08/91.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO

O prazo deste contrato é de 90 (noventa) dias a contar da data da sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO

O prazo de entrega do componente fabricado não poderá ultrapassar 45 (quarenta e cinco) dias, corridos, para o quantitativo de 195 (cento e noventa e cinco) peças e no máximo de 90 (noventa) dias corridos, para as restantes 195 (cento e noventa e cinco) peças, a contar da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

A Contratada será remunerada com base no valor unitário de Cr\$230.254,00 (duzentos e trinta mil, duzentos e cinquenta e quatro cruzeiros) por bandeja, para o material posto no Porto de Sepetiba, e com base nas quantidades efetivamente entregues e aceitas pela CDRJ.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Sobre o preço mencionado no caput desta Cláusula, incidirá o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, no valor de 10% (dez por cento).

1

PARÁGRAFO SEGUNDO

A caução de garantia do cumprimento deste contrato, e seus reforços, só serão liberados após o cumprimento integral das disposições contratuais e lavratura do Termo de Liquidida-

CLÁUSULA OITAVA - PENALIDADES

Na vigência do presente instrumento contratual, a contratada ficará sujeita à penalidade de multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor correspondente a cada unidade ou lote de material não entregue nos prazos estabelecidos, por dia que ultrapassar esses prazos, limitada, porém, a 10% (dez por cento) do valor global atualizado do Contrato, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificado pela contratada e aceito

PARÁGRAFO SEGUNDO

Se até a data contratualmente prevista para a entrega do material forem criados novos tributos, ou extintos e/ou suspensos quaisquer dos existentes, ou, ainda, modificadas as alíquotas dos atuais, de forma a majorar ou a reduzir os encargos da contratada, será(ão) revisto(s) o(s) preço(s) respectivo(s), a fim de adequá-los a essas modificações;

CLÁUSULA QUARTA - GARANTIA

A Contratada garantirá o material fornecido contra falhas construtivas e de matérias-primas, por período não inferior a 180 (cento e oitenta) dias. Por ocasião da entrega de cada lote de fornecimento, será exigido "Certificado de Qualidade", emitido pelo fabricante, sem qualquer ônus adicional para a CDRJ.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CDRJ tem até 30 (trinta) dias corridos após a entrega e aceitação de cada lote de peças fabricado, para efetivar o pagamento contra faturamento da contratada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As faturas, ao serem encaminhadas à CDRJ, deverão, obrigatoriamente, vir acompanhadas dos respectivos certificados de medição de fornecimento, emitidos pelo fiscal do Contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data da respectiva entrega.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Fica o pagamento do último lote fabricado condicionado à assinatura de "FÉRMO FINAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO", além do recolhimento de eventuais multas.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTAMENTO

O reajustamento de preços objeto do presente Contrato se dará de conformidade com a variação da coluna nº 15, índice de Preços por Atacado, da Revista Conjuntura Econômica, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, tomando-se como base o mês de agosto de 1991 e o mês da entrega do material no porto de Sepetiba.

CLÁUSULA SÉTIMA - CAUÇÃO

A Contratada prestará Caução equivalente a 5% (cinco por cento) de cada faturamento, inclusive de reajustamento, quando for o caso, a ser recolhido em moeda corrente ou nas modalidades constantes do Manual de Contratação da CDRJ.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As cauções efetuadas em moeda corrente não renderão juros e não estarão sujeitas à correção monetária ou reajuste de qualquer espécie ou natureza.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A caução de garantia do cumprimento deste contrato, e seus reforços, só serão liberados após o cumprimento integral das disposições contratuais e lavratura do Termo de Liquidação.

CLÁUSULA OITAVA - PENALIDADES

No vigência do presente instrumento contratual, a contratada ficará sujeita à penalidade de multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor correspondente a cada unidade ou lote de material não entregue nos prazos estabelecidos, por dia que ultrapassar esses prazos, limitada, porém, a 10% (dez por cento) do valor global atualizado do Contrato, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificado pela contratada e aceito pela CDRJ.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As multas aplicadas pela Fiscalização deverão ser recolhidas à Tesouraria da CDRJ dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da notificação.

PARÁGRAFO SEGUNDO

De qualquer multa imposta, a CONTRATADA poderá, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados do recolhimento, oferecer recurso ao Diretor-Presidente da CDRJ, através da Fiscalização, que o encaminhará devidamente informado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

As multas estabelecidas nesta Cláusula não excluem quaisquer outras penalidades previstas neste Contrato, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar à CDRJ e a terceiros, em consequência de inadimplemento contratual.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

Sem prejuízo de qualquer outra disposição do presente Contrato, poderá ele ser rescindido pela CDRJ, judicial ou extrajudicialmente, independentemente de qualquer notificação, sem que assista à CONTRATADA qualquer direito a reclamação e/ou indenização, pelos seguintes motivos:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de qualquer Cláusula contratual;
- b) paralisação do fornecimento, sem justificativa e prévia comunicação à CDRJ;
- c) decretação de falência, ou pedido de concordata;
- d) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato;
- e) não integralização da caução, nos termos da Cláusula Sétima.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

No caso de ser a responsabilidade da rescisão atribuída à CONTRATADA, perderá esta, em favor da CDRJ, a caução, sem prejuízo das demais combinações previstas neste Contrato, podendo ainda ficar impedida de contratar com a CDRJ, pelo prazo de 01 (um) ano.

PARÁGRAFO QUINTO

Os assuntos tratados na presente Cláusula serão considerados para efeitos da execução do Contrato, independentemente de sua menção em outras partes do documento.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - FORO

O Foro para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Contrato é o da Cidade do Rio de Janeiro - RJ.

E, por estarem as partes de pleno acordo com as cláusulas acima, assinam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Se a rescisão deste Contrato provocar prejuízos ou danos diretos à CDRJ, promoverá esta a responsabilidade da CONTRATADA, visando o respectivo resarcimento, independentemente do disposto no Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Se a CDRJ julgar necessário rescindir o presente Contrato, por motivo de seu interesse, não tendo a CONTRATADA dado causa à rescisão, poderá fazê-lo mediante comunicação escrita, com a antecedência de 30 (trinta) dias, pagando à CONTRATADA os fornecimentos efetivados até a data da rescisão e devolvendo-lhe a respectiva caução.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO

Os serviços objeto deste Contrato serão fiscalizados por órgão, comissão ou técnico designado pela CDRJ, independentemente de qualquer outra supervisão, ou acompanhamento que venham a ser determinados pela CDRJ, a seu exclusivo juízo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A Fiscalização de que trata o caput desta Cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica em co-responsabilidade da CDRJ ou de seus empregados ou prepostos.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Todas as ordens de serviços, instruções, reclamações e, em geral, quaisquer entendimentos entre a CDRJ e a Contratada serão feitos por escrito, na ocasião devida, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - VALOR DO CONTRATO

O valor estimado deste Contrato é de Cr\$98.778.966,00 (noventa e oito milhões, setecentos e setenta e oito mil, novecentos e sessenta e seis cruzeiros), a preço de agosto de 1991.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

O Edital da Tomada de Preços no.010/91 a proposta e o telex nº 3122/91, de 19/09/91, da Contratada são considerados parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, prevalecendo os termos deste no que conflitarem.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os casos omissos serão decididos pelo Diretor-Presidente da CDRJ.

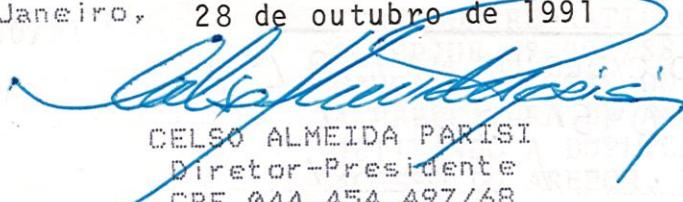
Assinatura 1 - Contratada e operária
Assinatura 2 - Representante da CDRJ

CLAUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - FORO

O Foro para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Contrato é o da Cidade do Rio de Janeiro - RJ.

E, por estarem as partes de pleno acordo com as cláusulas acima, assinam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

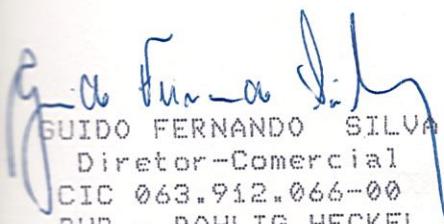
Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1991


CELSO ALMEIDA PARISI

Diretor-Presidente

CPF 044.454.497/68

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO


GUIDO FERNANDO SILVA
Diretor-Comercial
CIC 063.912.066-00
PHB - POHLIG HECKEL


CILAES ROSA DA SILVA

Diretor-Técnico

CIC 070.054.318-04

PHB - PHOLIG HECKEL

Este ato foi feito no Rio de Janeiro-RJ, por escravo denominada CDRI representada pelo Presidente do Conselho de Administração, Dr. FRANCISCO DE PAULA MAGALHÃES COMIS e pelo seu Diretor-Presidente, engº CELSO ALMEIDA PARISI, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS, doravante denominada PREFEITURA, representada pelo seu Prefeito, MIRIBIS CAZUZA XAGAB, tendo em vista o que consta da folha nº 1-457/16-CDRI, que passa a fazer parte integrante das presentes determinações, e devidamente traduzidas, resolvem assinatário presente Termo de re-estificação do Convênio nº DEPJUR nº 802/88, o qual mediante con-

Testemunhas:

1a) Gleice Estela dos S. Leite
2a) Eliane de Castro

Extrato Publicado na D. C. U, I Seção

Em, 28/11/91, Pág. 27.214

1.1. - DA PREFEITURA

1.1.1. - Construção da faixa rodoviária da Av. Projetada duplicando o acesso do Porto, privilegiando o tráfego rodoviário adequado de caminhões e caminhões, comodabilizando o mesmo, ao mesmo movimento existente, conforme se tipulado no Projeto de Intendente, possibilitando, assim, um fluxo normalizado.

1.1.2. - Construir e operar estação de tratamento de esgoto na foz do Rio do Choro, canalizando-o e cobrindo-o com lajes de concreto, para sanear a área portuária da